



01- No Livro I do ECA, Título III, que trata de PREVENÇÃO, o artigo 71 relaciona vários DIREITOS para a criança e o adolescente. Estes direitos consideram o respeito à condição peculiar de crianças e adolescentes como pessoa em desenvolvimento. Assine a alternativa expressa todos estes direitos elencados no artigo 71:

- (A) Teatros, cultura, cinemas, esporte e diversões em parques públicos
- (B) a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços
- (C) Informação, teatros, cultura, cinemas, produtos e serviços que tenham aspecto pedagógico e educativo
- (D) Lazer, esporte, cultura, diversões em parques públicos e serviços que tenham aspecto pedagógico e sócio educativo

02- Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de .....promovidas(os) pelo responsável ou, nas hipóteses de ....., pela Entidade responsável, independentemente de autorização.....

Assinale a alternativa que completa os espaços acima corretamente.

- (A) Contatos diários; acolhimento familiar; do juiz
- (B) Visitas semanais; acolhimento institucional; do conselho tutelar
- (C) Telefonemas; acolhimento familiar; da autoridade competente
- (D) Visitas periódicas; acolhimento institucional; judicial

03- Para agilização do atendimento inicial de adolescentes autores de ato infracional o ECA determina a integração operacional dos seguintes órgãos:

- (A) Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social
- (B) Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Conselho Tutelar
- (C) Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública, encarregados da execução das políticas sociais básicas e Assistência Social
- (D) Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social

04- O artigo 6º informa que na interpretação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, levar-se-á em conta os fins sociais ao qual a lei se destina e também:

- I- Que criança e adolescente são objetos de intervenção para garantir seus direitos
- II- As exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos
- III- A condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento
- IV- Que estão vivenciando a doutrina da proteção social
- V- Que são sujeitos de todos os direitos: fundamentais, sociais, políticos, econômicos e humanos



**Assinale a alternativa que contempla os itens corretos**

- (A) I, II, III e V
- (B) II, III, IV
- (C) II e III
- (D) III, IV e V

**05- A Constituição Federal de 1988 revela no artigo 227, que criança e adolescente devem ter assegurados, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais também preconizados no artigo 4º da Lei Federal 8069/90 – ECA, além de colocá-los a salvo de 06 (seis) situações, também ratificadas no artigo 5º do ECA. Assinale a alternativa que contemple estas situações, sendo punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais:**

- (A) negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
- (B) crueldade, opressão, violência, exploração, maus tratos, abandono;
- (C) negligência, discriminação, abandono, violência, exploração, crueldade;
- (D) crueldade, opressão, violência, abandono, exploração, discriminação;

**06- As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional à criança e ao adolescente deverão adotar o seguinte princípio, dentre outros, de acordo com a legislação estatutária e disposta no artigo 92:**

- (A) observar os direitos e garantias de que são titulares somente os adolescentes.
- (B) participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
- (C) proceder a estudo social e pessoal de cada caso.
- (D) proceder, sempre que possível, à transferência de crianças e adolescentes em acolhimento, para outras entidades de crianças e adolescentes

**07- O adolescente M.A.O. está sob guarda de fato de sua madrinha há um ano. A madrinha apresentou, recentemente, no Judiciário o pedido de adoção do afilhado. Mediante o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa CORRETA sobre as medidas da Adoção e do Estágio de Convivência:**

- (A) O estágio de convivência será acompanhado pela equipe técnica da assistência social nos territórios e pela equipe interprofissional do Juiz, a fim de emitir relatórios periódicos circunstanciados.
- (B) O estágio de convivência poderá ser dispensado desde que o adolescente declare ao Juiz estar de pleno acordo com a medida.
- (C) A simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.
- (D) Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência, cumprido no território nacional, será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.



**08- São diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente:**

- (A) serviços gerais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de crueldade e opressão.
- (B) políticas e programas de assistência social, em caráter permanente, para todos.
- (C) criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político administrativa.
- (D) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos e deveres

**09- A aplicação de medidas nos casos de ato infracional praticado por criança é atribuição**

- (A) Do Juiz da Infância e Juventude
- (B) Do Delegado de Polícia
- (C) Do Conselho Tutelar
- (D) Da autoridade competente

**10- O ECA estabelece que serão aplicadas, de acordo com a gravidade do caso, aos pais, integrantes da família ampliada, responsáveis, agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e adolescentes (...) que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel e degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, que estes estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis ou mesmo de outras medidas protetivas a:**

- (A) Responderem pelo crime de lesão corporal, com registro de Boletim de Ocorrência,
- (B) Receberem advertência, aplicada pelo Conselho Tutelar
- (C) Receberem notificação para comparecerem no Ministério Público da Infância e Juventude para prestar esclarecimentos,
- (D) Obrigação de promover o tratamento especializado a criança ou ao adolescente.

**11- Quanto à colocação da criança e adolescente em Família Substituta conforme o ECA já contemplando a Lei Federal 12.010/2009, a GUARDA obriga seu detentor a:**

- (A) prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente
- (B) auxílio social, a cidadania e assistência moral à criança e ao adolescente
- (C) prestação de assistência geral em todos os direitos sociais e fundamentais assegurados à criança e ao adolescente
- (D) prestação da assistência social, civil, cultural, moral e material à criança e adolescente

**12- O ECA assegura ao adolescente portador de deficiência o trabalho:**

- (A) remunerado com acréscimo de 10%
- (B) assistido por entidade de defesa dos direitos da pessoa com deficiência
- (C) especializado
- (D) protegido

13- Às 23h00 o conselheiro plantonista se depara com uma ligação de muncipe a respeito de pais alterados no endereço “x” colocando em risco pessoal a situação dos 04 filhos, com idades de: 05, 07, 09 e 12 anos. O conselheiro tutelar, decide “acolher” as crianças, visando a proteção deles à revelia dos pais que aparentemente apresentavam-se agressivos um com o outro, com conflito existente talvez por abuso de bebida alcoólica ou outras substâncias. As crianças estavam no quarto presenciando toda a discussão verbal e física do casal. No dia seguinte, os tios paternos procuram o Conselho Tutelar querendo os sobrinhos de volta, sendo-lhes dito pelo Conselheiro Tutelar que a ação tomada foi necessária. Neste contexto, segundo as disposições do ECA:

- A) As decisões do Conselho Tutelar não podem ser revistas, devendo os pais e/ou responsáveis aguardarem o Juiz da Infância tomar as providências para a reintegração familiar ou não..
- B) As decisões do Conselho Tutelar podem ser revistas a pedido de qualquer cidadão que se sinta ofendido
- C) As decisões do Conselho Tutelar podem ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse
- D) As decisões do Conselho Tutelar podem ser revistas automaticamente e de ofício pelo Juiz da Infância e Juventude

14- A Lei Federal nº 13.798 de 2019, modificou o ECA, determinando a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir qual dia?

- A) 1º de marco, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas protetivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência
- B) 2 de janeiro, com o foco de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez das adolescentes
- C) 18 de maio, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da exploração sexual e a gravidez na adolescência.
- D) 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas socioeducativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência

15- O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional, desde logo será encaminhado:

- A) À autoridade policial
- B) Ao Juiz da Vara da Infância e Juventude
- C) Ao Conselho Tutelar
- D) Ao Ministério Público



16- O artigo 229 da CF/88 diz que os pais tem o dever de criar, educar e assistir seus filhos menores e o artigo 22 da lei Federal 8069/90 vem reiterar este dever de sustento, guarda e educação aos filhos menores de 18 anos de idade, sob a denominação de uma expressão incluída pela Lei nº12.010/2009 qual seja:

- A) proteção integral
- B) pátrio poder
- C) responsabilidade parental
- D) poder familiar

17- A Escola Estadual Dom Pedro I, envia ao Conselho Tutelar relatório dizendo que a aluna Maria Paula de 13 anos, está com faltas reiteradas, baixo rendimento escolar e “esgotaram” todos os recursos escolares para contatar a família a respeito dos fatos. Neste contexto assinale a alternativa incorreta:

- A) O Conselheiro notifica os pais e a filha para aconselhamento e aplica desde já advertência aos pais e à garota, obrigando-a sob ameaça verbal primeiramente do seu retorno imediato e sob pena de desobediência, levar os fatos ao juiz da infância;
- B) O conselheiro poderá determinar frequência obrigatória à adolescente e aplicar aos pais a obrigação de acompanhar a frequência e aproveitamento escolar da filha
- C) O conselheiro poderá encaminhar a adolescente para inclusões em programas comunitários ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.
- D) O conselheiro tutelar, se necessário, também poderá encaminhar a jovem para tratamento psicológico em regime ambulatorial

*A respeito dos PRINCÍPIOS que regem a aplicação das medidas protetivas, conforme artigo 100 do ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir do texto, considere as questões 18 e 19.*

18- Dos princípios que foram incluídos pela Lei nº12.010 de 2009 e já se encontram incorporados no artigo 100 do ECA, há um que estabelece que “a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto”.

Podemos afirmar que este é o princípio do (a):

- A) intervenção precoce
- B) interesse superior da criança e do adolescente
- C) proteção integral e prioritária
- D) responsabilidade primária e solidária do poder público



19- Quanto ao respeito ao “princípio da prevalência na família”, a alternativa correta que harmoniza com este princípio é:

- A) na proteção, promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, deve ser dada prioridade às medidas que os mantenham protegidos em sua família de origem, com o plano de acompanhamento familiar integrado para realização da reintegração familiar;
- B) a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida em Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares;
- C) crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos no ECA e em outras Leis, bem como na Constituição Federal;
- D) na promoção dos direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isso não for possível, que promovam a sua reintegração em família adotiva.

20- A Lei Federal nº13257/2016, estabeleceu princípios e diretrizes e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano em consonância com os princípios e diretrizes do ECA. Com ela houve mudanças no artigo 13 do ECA com nova redação ao incluir parágrafo(s). Considere conforme abaixo:

*I- os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus tratos contra criança ou adolescente, serão obrigatoriamente comunicados ao Juiz da Vara da Infância e Juventude, Ministério Público e Conselho Tutelar;*

*II- as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à justiça da infância e da Juventude;*

*III- os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o CREAS (Centro de referência especializado de Assistência Social) e os demais órgãos do SGD (sistema de garantia de direitos) deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar.*

*IV- as denúncias sobre violação de direitos contra crianças e adolescentes necessariamente serão encaminhadas ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, que deverá primeiramente tomar conhecimento dos fatos e após aplicar as medidas protetivas ou outras providências legais;*



Marque a alternativa que contemple os novos parágrafos acrescentados no artigo 13 do ECA:

- A) I, II, III, IV
- B) I, II e III
- C) II, III e IV
- D) II e III

21- O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

- I- respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento
- II- capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho
- III- garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino médio
- IV- garantia de horário regular para o exercício de atividades

Podemos afirmar que estão corretos:

- A) I e II
- B) I, II e IV
- C) II, III, IV
- D) I, III

22- Assinale a alternativa correta:

- A) Compete à autoridade judiciária disciplinar e autorizar, mediante portaria, a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios e certames de beleza.
- B) Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, ouvido o Ministério Público.
- C) Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a perda do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade.
- D) O consentimento dos titulares do poder familiar será precedido de orientações e esclarecimentos prestados pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, em especial, no caso de adoção, explicando-lhe que esta medida é revogável.



**23- Sobre o acesso da criança e do adolescente à justiça, é correto afirmar que:**

- A) assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, por um assistente social ou pelo Ministério Público.
- B) é vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
- C) as ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ainda que na hipótese de litigância de má-fé.
- D) os menores de dezesseis anos serão assistidos, e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos, representados por seus pais ou pelo Promotor de Justiça.

*Leia o caso abaixo e responda as questões 24, 25 e 26.*

Dejair, caminhoneiro, 43 anos de idade, chega no Conselho Tutelar para atendimento conduzindo seu filho Olavo de 8 anos e ao entrar na sala do conselheiro já começa dizendo que “veio trazer seu filho para ser colocado em “orfanato”, visto que a mãe falecera e a atual esposa dele e madrasta do menino, não tem paciência com crianças e o Olavo não a reconhece como a nova esposa dele. O conselheiro lhe diz que esta atitude terá consequências, pois será lavrado boletim de ocorrência e o mesmo sofrerá sanções regradas em lei. Dejair retruca que o buscará “quando ele tiver 18 anos” pois viaja o tempo todo e não terá tempo para cuidar do filho e que assume as sanções pelo seu ato. Mesmo que Olavo aos prantos, agarrando a perna do pai, implorava para ele não o deixar no Conselho, o genitor foi irredutível.

Neste contexto apresentado, após a criança ter sido encaminhada para acolhimento, os técnicos envidaram como primeira estratégia a busca do paradeiro da família extensa a fim de trabalhar possível reintegração familiar.

**24- Assinale a alternativa correta quanto à concepção de família extensa ou ampliada conforme artigo 25 do ECA.**

- A) é aquela formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes;
- B) é aquela que se estende para a comunidade a qual a família natural está inserida;
- C) é aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- D) é aquela formada por parentes próximos, mesmo que a criança não conviva mas que tenha laços consanguíneos;





25- Abandonado por seu genitor para acolhimento, quais as violações de direitos conforme artigo 4º do ECA, que podemos apontar as quais Olavo sofreu ao fazermos a estatística de atendimentos diários?

- I – vida e saúde
- II- alimentação e convivência familiar e comunitária
- III- dignidade e profissionalização
- IV – respeito e convivência familiar e comunitária

Estão corretas:

- A) Todos os incisos estão corretos
- B) incisos III e IV
- C) incisos II e III
- D) inciso IV somente

26- Quem foi o agente violador neste caso? Seguir a reflexão conforme artigo 98 do ECA.

- A) a Sociedade
- B) o Estado
- C) os pais ou responsável
- D) em razão de sua conduta

27 - Dentre os critérios expressamente previstos no ECA a serem considerados na aplicação da medida socioeducativa, tem-se:

- A) as circunstâncias da infração, o contexto social do adolescente e a necessidade imperiosa da medida.
- B) as circunstâncias da infração, o respaldo familiar do adolescente e sua capacidade de cumprimento.
- C) a gravidade e as circunstâncias da infração e a personalidade do adolescente.
- D) as necessidades pedagógicas do adolescente, sua capacidade de cumprimento e a gravidade da infração.



28- Janaina de 13 anos é uma adolescente que vive faltando às aulas para frequentar um local próximo da Escola onde tem uma mesa de sinuca. Ela aprendeu desde cedo a jogar, pois seu pai e tios a levavam direto para um bar/lanchonete, onde ela permanecia às vezes por uma tarde inteira. No ECA- Lei Federal 8069/90, capítulo da prevenção especial, o artigo 80 regula diretrizes quanto a este contexto. Assinale a alternativa correta.

- A) os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congêneres ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas mesmo que eventualmente, cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local, afixando aviso para orientação do público;
- B) se no local existir eventualmente apostas somente em período noturno e à tarde não veicularem este dispositivo, não há infração administrativa quanto a permanência de adolescentes ;
- C) os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca e ou similares cuidarão para que o acesso a adolescentes tenha autorização dos pais ou responsável legal para poderem frequentá-los
- D) se no local existe alvará, ela pode frequentá-lo porém, não em horário de atividades escolares;

29- Estevão e sua esposa, ambos com vinte e quatro anos de idade, procuraram a Defensoria Pública para requererem a adoção de uma criança inserida no cadastro de adoção da comarca onde residem. O casal estava devidamente inscrito no cadastro da comarca. Tendo como referência a situação hipotética apresentada acima, assinale o item correto.

- A) A adoção deve ser precedida de estágio de convivência entre adotando e adotante, não podendo o estágio ser dispensado.
- B) Caso seja deferida a guarda provisória da criança ao casal, os guardiões não podem incluí-la como beneficiária de seu sistema previdenciário, porque a guarda não confere à criança a condição de dependente dos guardiões.
- C) Caso seja iniciado o estágio de convivência com a criança durante a constância da sociedade conjugal, e sobrevindo a separação judicial do casal, este não pode mais adotar conjuntamente essa criança.
- D) Só é permitido ao casal em questão adotar criança que tenha, no máximo, oito anos de idade.

30- Quem deve assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos às crianças e adolescentes segundo a Lei Federal 8069/90:

- A) A família, a comunidade, a sociedade e o Estado
- B) A família, o Estado e o Município.
- C) O Estado, a sociedade e a comunidade.
- D) A família, pois ela é responsável pelos seus filhos.

31- Jefté foi adotado por uma família quando contava com um ano de idade. Sempre foi dito pelos pais adotivos que ele era filho do coração e ele nunca demonstrou interesse em conhecer sua família de origem. Hoje com 18 anos de idade, surgiu o interesse de conhecer suas origens. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos.
- B) O acesso ao processo de adoção só poderá ser deferido ao adotado maior de 16 (dezesseis) anos, assegurada a orientação e assistência jurídica e psicológica.
- C) Visando preservar a sua saúde física e psicológica o adotado não tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso ao processo no qual a medida foi aplicada.
- D) O acesso ao processo de adoção só poderá ser deferido ao adotado maior de 21 (vinte e um) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.

32- A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, (artigo 92, §2º), e considerando as alterações trazidas no ECA em virtude da Lei Federal 12.010/2009, os dirigentes de entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional remeterão à autoridade judiciária o relatório circunstanciado acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e sua família para reavaliação da situação da criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional, no prazo máximo a cada:

- A) 02 meses.
- B) 03 meses.
- C) 04 meses.
- D) 06 meses.

33- Denúncia chega ao Conselho Tutelar de maus tratos causados pela mãe aos filhos. Mãe notificada vem ao Conselho Tutelar com seus filhos. A história é de separação litigiosa, na qual o juízo deferiu, em caráter provisório, a proibição de visitas paternas às crianças, considerando fatos de violência psicológica quando da permanência destas com ele já na separação do casal. Neste contexto, o Conselheiro deverá aplicar dentre outras medidas que julgar necessárias, as que se encontram elencadas abaixo, exceto:

- A) Enviar notícia de fato ao Ministério Público, pois pessoalmente, o Conselheiro considera que é notória a denuncia pelo pai, a fim de juntar provas no processo para rever seus filhos e tê-los sob sua guarda e responsabilidade, prejudicando o poder familiar da genitora.
- B) No acompanhamento ou monitoramento do caso, quando do retorno da mãe ao Conselho Tutelar, poderá aplicar outras medidas de proteção como encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- C) Verificar se há indícios de outras violações de direitos junto às crianças, verificar se há ausências escolares, ver os boletins de notas, e caso necessite encaminhar as crianças para acompanhamento psicológico.
- D) O Conselho Tutelar poderá determinar inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família,

34- Eduardo, de 16 anos de idade, pratica Judô e no último treino se desequilibrou, caiu, sofrendo grave lesão na cabeça, sendo hospitalizado a seguir. O hospital estava lotado devido a um acidente com um ônibus e a direção impediu a permanência do pai no quarto. Mediante o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa CORRETA.

- A) A direção violou o direito do adolescente à saúde ao impedir a permanência do pai no quarto do hospital.
- B) É facultado ao hospital, de acordo com o estado do paciente, requisitar a permanência dos pais/responsáveis,
- C) A direção agiu protetivamente quanto à vítima e aos outros, prevenindo riscos desnecessários e agiu com prudência em manter a integridade física do pai diante dos riscos hospitalares,
- D) A idade de 16 anos desobriga o hospital de providenciar meios para a permanência do pai,



35- Leia as informações abaixo e responda quais são verdadeiras e quais são falsas.

( ) -Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

( ) - A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;

( ) - A autorização não será exigida quando a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesseis) anos estiver acompanhado de ascendente ou colateral maior, até o quarto grau, comprovado documentalmente o parentesco;

( ) - A autorização judicial será exigida quando a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesseis) anos estiver acompanhado de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

Considere (V) como verdadeira e (F) como falsa:

- (A) V,F,V,F
- (B) V,V,F,F
- (C) F,F,V,V
- (D) V,F,F,V

36- É dever da instituição de ensino, ..... e ..... e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de .....

Assinale a alternativa que completa corretamente o texto acima:

- (A) creches, escolas, drogas ilícitas
- (B) clubes, agremiações recreativas, drogas ilícitas
- (C) bares, lanchonetes, bebidas alcoólicas
- (D) escolas, universidades, substâncias entorpecentes

**37- A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada:**

(A) 48H após o desaparecimento, caso haja notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais.

(B) imediatamente após notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais.

(C) 24H após o desaparecimento, notificando aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais

(D) imediatamente após notificação ao Conselho Tutelar, que deverá comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais.

**38- De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, qual autoridade que estiver no exercício de suas funções, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente:**

(A) O representante do Conselho Tutelar

(B) O Agente de Proteção Comissionado, representante da Justiça da Infância e Juventude

(C) O representante da Defensoria Pública

(D) O representante do Ministério Público

**39- A criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente, através....., o qual será ..... para todos os atos, pessoalmente ou por....., respeitado o segredo de justiça.**

(A) do Conselho Tutelar, convidado, ofício

(B) de Defensor Público, citado, publicação oficial

(C) do Conselho Tutelar, citado, publicação oficial

(D) de advogado, intimado, publicação oficial

**40- É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a:**

(A) convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

(B) convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes

(C) convivência familiar, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

(D) convivência comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.